

A Reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação

*Macioniro Celeste Filho**

Este trabalho apresentará a discussão sobre os destinos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras na década de 1960 como ponto crucial da Reforma Universitária brasileira. Além dos debates no Conselho Federal de Educação, utilizou-se como fonte privilegiada os relatos registrados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – instituição que tratou dos interesses de algumas áreas científicas durante o processo de reformulação universitária. A criação das Faculdades de Educação será tema final deste texto, tratada como decorrência dos embates anteriormente mencionados.

REFORMA UNIVERSITÁRIA; HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

This study presents the discussion about the future of the Faculties of Philosophy, Sciences and Literature at the 60's as decisive point to the Brazilian Universitarian Reform. Besides the discussions at Federal Board of Education, the reports recorded by the Brazilian Society to Progress of Science – institution responsible for the concerns of some scientific sectors along the universitarian reformation process – have been privileged. The creation of the Faculties of Education is the theme of this study, as a result of those discussions.

UNIVERSITARIAN REFORM; HISTORY OF EDUCATION; UNIVERSITY OF SÃO PAULO; FACULTY OF EDUCATION.

* Mestre em educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; doutorando em educação pelo mesmo Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP.

Ao tratar da universidade e de sua constituição, Anísio Teixeira comparou a situação brasileira com a norte-americana. Citando Hutchins, este intelectual comentou ironicamente que a universidade nos Estados Unidos talvez fosse uma série de escolas e departamentos separados, apenas unidos por um comum sistema de aquecimento central. Na década de 1960, com a importância adquirida pelo automóvel, a universidade norte-americana poderia ser vista sarcasticamente como um grupo de empresários-professores unidos por uma reivindicação comum em torno de espaço para estacionar. Ao descrever a universidade brasileira e sua integração, Anísio Teixeira não foi menos contundente. No Brasil, segundo o autor, a universidade era composta por uma série de congregações isoladas e independentes, unidas por uma reivindicação comum em torno do orçamento, feito e votado fora da universidade¹. Este exemplo é elucidativo dos questionamentos pelos quais passava a universidade brasileira em meados da década de 1960. O que lhe conferia unidade? Como integrá-la com eficácia? Quais os equívocos que o modelo aqui adotado apresentava? Enfim, como reformá-la?

Desde a década de 1930, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) tiveram a incumbência de se tornarem pólo aglutinador das universidades brasileiras. Esta faculdade deveria conferir unidade à universidade. Esta concepção de universidade integrada pela FFCL foi descartada na década de 1960 pelos principais intelectuais que formularam a Reforma Universitária. O que fazer com as FFCL era, portanto, a questão básica de como se reformar a universidade. Embora o desfecho deste debate ocorra no final da década de 1960, a questão foi suscitada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

1 Anísio Teixeira, "A universidade de ontem e de hoje". *Ciência e cultura*, vol. 17, n. 2, p. 348, jun. 1965. Trata-se do texto da conferência proferida pelo autor na XVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em julho de 1964 em Ribeirão Preto-SP. Este texto também foi publicado na *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Rio de Janeiro: INEP, n. 95, pp. 27-47, jul.-set. 1964. Neste caso, a citação encontra-se na página 44.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Na LDB de 1961 – como ficou conhecida a lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961 – em seu artigo 79, a definição de universidade propunha originalmente que ela fosse constituída, no mínimo, de cinco estabelecimentos de ensino superior, sendo que um deles deveria ser a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta obrigatoriedade da formação universitária em torno da FFCL foi vetada. A universidade foi definida como a reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior. Foram apresentadas duas razões para esta mudança de concepção universitária:

A rede nacional do ensino superior conta, já, com mais de 70 faculdades de filosofia, que vêm exercendo, salvo raras exceções, exclusivamente, a função de formar professores de grau médio. Nessas circunstâncias, a exigência de que toda universidade mantenha uma dessas faculdades torna-se desnecessária.

Acresce que as funções de órgão integrador que se deseja atribuir a tais faculdades também podem ser exercidas por outros órgãos tais como Institutos Centrais que já vêm sendo estruturados em algumas universidades federais².

No início da década de 1960, a recente criação da Universidade de Brasília era exemplo de alternativa de organização universitária que prescindiu da FFCL³. Com a redação final do artigo 79, a LDB abre a discussão sobre o destino a ser dado às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; isto é, inicia o debate sobre a Reforma Universitária.

É correto atribuir a Valnir Chagas e a Newton Sucupira – dois dos mais atuantes membros do Conselho Federal de Educação (CFE) – destaque no encaminhamento das propostas sobre a Reforma Universitária.

2 “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. *Documenta*, Rio de Janeiro: MEC, n. 12, p. 86, mar. 1963.

3 Beatrice Laura Carnielli do Nascimento. *A Reforma Universitária de 1968: origem, processo e resultados de uma política para o ensino superior*. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro: UFRJ, 1991, p. 47.

Ana Maria Fernandes chama a atenção para um terceiro protagonista de grande importância neste debate: Maurício Rocha e Silva – presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 1963 a 1969 e membro do CFE desde sua criação até 1965. Segundo a autora, desde 1962, Maurício Rocha e Silva articulou propostas em parceria com Valnir Chagas e Newton Sucupira⁴. A primeira, assinada pelos três, foi o parecer n. 43/62: “A investigação científica dos currículos normais dos institutos de ensino”. Neste parecer, Maurício Rocha e Silva analisa a redação do artigo 66 da LDB, onde se destaca que o ensino superior tem por objetivo a pesquisa e o desenvolvimento da ciência, entre outros. Segundo o autor:

Trata-se de um artigo revolucionário, que deve entrar como uma cunha em nosso anacrônico sistema universitário, e que, por si só, justificaria uma imediata e radical reforma da universidade brasileira, tornando, por assim dizer, ilegal o sistema até agora posto em prática.

Pareceu evidente a intenção do legislador de inverter a ordem de valores existente em nossas universidades. Se tomarmos a seqüência de valores estabelecida pelo artigo 66, em que primeiro se menciona a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes como a base do ensino, o que pretendeu o legislador foi sugerir uma reforma profunda em nosso sistema universitário e estabelecer a pesquisa como a base em que se deve assentar o ensino.

É a reforma por que todos nós ansiamos, a única que poderá vir a tornar a universidade o verdadeiro esteio do desenvolvimento do país. [...]

Mas, agora, demos uma olhada ao panorama universitário brasileiro. Onde e como teriam os alunos oportunidade de aprender a pesquisa, o método científico⁵?

4 Ana Maria Fernandes. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: UnB, 1990, pp. 130-131. Agradeço a Maria das Graças Marcelo Ribeiro por ter recomendado a leitura deste livro.

5 Valnir Chagas, Maurício Rocha e Silva e Newton Sucupira. “A investigação científica dos currículos normais dos institutos de ensino”. *Documenta*. Rio de Janeiro: MEC, n. 3, pp. 168-169, maio 1962. Os três autores escreveram partes diferentes e separadas do parecer n. 43/62, denominadas 43A, 43B e 43C. A citação é de Maurício Rocha e Silva, da parte 43B.

Como visto anteriormente, o veto à obrigatoriedade das FFCL como órgão integrador das universidades baseava-se na suposta constatação de que elas exerciam, quase exclusivamente, a função de formadoras de professores de grau médio. Se a prioridade deveria ser a pesquisa e o desenvolvimento das ciências, onde e como isto poderia ser feito? Esta questão de Maurício Rocha e Silva – presidente da SBPC durante o período da Reforma Universitária – balizará as propostas de destino das FFCL.

O simpósio sobre a estrutura das Faculdades de Filosofia

Em março de 1963, o terceiro número da revista *Alfa*, órgão do Departamento de Letras da FFCL de Marília (SP), traz o texto intitulado “Simpósio sobre a estrutura das Faculdades de Filosofia”:

Organizado pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, em boa hora realizou-se em Brasília, entre 13 e 15 de fevereiro do corrente ano, este Simpósio sobre a Estrutura das Faculdades de Filosofia.

O conclave, que reuniu os diretores de diversas Faculdades do Brasil, além dos convidados especiais, destinava-se a um amplo debate em torno do papel das Faculdades de Filosofia no contexto universitário brasileiro atual, daqui o haver sido adotada a seguinte seqüência nos tópicos a serem discutidos: I – Origem e evolução da faculdade de filosofia no Brasil. Sua estrutura atual. Legislação vigente. Relator: Prof. Valnir Chagas. II – A faculdade de filosofia no contexto da reforma universitária. Crítica da estrutura e dos métodos de funcionamento das faculdades de filosofia. Restabelecimento ou redefinição de seu plano original. Relator: Prof. Valnir Chagas. III – O ensino das ciências na universidade e nas escolas superiores isoladas; grupo A (ciências matemáticas, físicas e naturais) – relator: Prof. Paulo Sawaya; grupo B (ciências humanas) – relator: Prof. Darcy Ribeiro. IV – O ensino das letras na universidade e escolas superiores isoladas. Relator: Prof. Heron de Alencar. V – Formação de professores do ensino médio e de especialistas em educação. Relator: Prof. Newton Sucupira. Aliás, sob o mesmo aspecto, cou-

be ao Prof. Florestan Fernandes apresentar um sugestivo trabalho intitulado “A formação de profissionais e especialistas nas faculdades de filosofia”.

Até a revista da Organização dos Estados Americanos (OEA) – *La Educación* – informou sobre este simpósio⁶. Surpreendentemente, a *Documenta* – órgão oficial do Conselho Federal de Educação – não menciona o simpósio em parte alguma; não publicou uma única linha sobre ele. Trata-se de um daqueles “silêncios ensurdecedores” que afetaram periodicamente a revista mensal do CFE. Se não fosse tema consensual, não deveria merecer espaço na publicação oficial. Isto é, a *Documenta* não publicava polêmicas; como órgão oficial do CFE, apresentava as resoluções consensuais deste conselho. O silêncio absoluto da *Documenta* acerca do “Simpósio sobre a estrutura das Faculdades de Filosofia” demonstra quanto este encontro deve ter sido conflituoso. Por haver sido organizado pela Diretoria do Ensino Superior do MEC, algo sobre este simpósio poderia ter sido publicado por este ministério. A revista *MEC*, publicação bimestral do Setor de Divulgação do MEC, não registrou nada a respeito do simpósio sobre as FFCL. O periódico *Arquivos MEC*, publicação trimestral do Serviço de Documentação do MEC, inicia sua edição apenas no final de 1965. Entretanto, pode-se inferir o que foi tratado no simpósio sobre as FFCL por outras publicações.

Pouco depois do encontro em Brasília, Newton Sucupira escreveu o editorial da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Neste editorial, trata da possibilidade da criação de institutos de pesquisa nas universidades. O autor constata que isto seria incompatível com o sistema de cátedras de então e com a configuração das FFCL:

Ora, para que tais institutos pudessem ser introduzidos nas universidades já existentes tornar-se-iam necessárias certas modificações de sua estrutura e, sobretudo, da mentalidade de nossos catedráticos. Doutra forma teríamos a existência de sistemas concorrentes, sobretudo no que diz respeito às facul-

6 “Estructura de las Facultades de Filosofia”. *La educación*. Órgão do Departamento de Asuntos Educativos da Unión Panamericana. Washington D.C., Organización de los Estados Americanos, n. 33, ene.-mar. 1964, p. 145.

dades de filosofia. Com efeito, a missão dessas faculdades não é somente a de formar professores de ensino médio, mas também a de promover a pesquisa científica básica e exercer a função integradora da universidade. Infelizmente a tradição de nosso ensino superior à base de faculdades profissionais não permitiu que ela pudesse realizar sua missão desde quando foram fundadas. Por isso mesmo tornou-se ela uma faculdade como as demais, profissionalizou-se como as outras. Em princípio uma reforma universitária poderia ser orientada no sentido de restituir às faculdades de filosofia seu verdadeiro papel dentro da universidade, reorganizando-se em departamentos que centralizariam toda pesquisa científica básica. Contudo, nesta altura cremos que seria muito difícil quebrar uma tradição já bem cristalizada⁷.

O autor se refere às FFCL com a nostalgia de quem contempla o seu declínio. Seriam “necessárias certas modificações de sua estrutura”. A Reforma Universitária poderia salvá-las, mas Newton Sucupira não acredita mais nisto. Da forma em que se configuraram, as FFCL não poderiam ser apenas reformadas: “Contudo, nesta altura cremos que seria muito difícil quebrar uma tradição já bem cristalizada”. É provável, frente às discussões ocorridas no simpósio em Brasília, que Newton Sucupira vislumbrasse o fim das FFCL na reformulação universitária iminente.

O texto acima menciona a “mentalidade de nossos catedráticos”; a discussão sobre o sistema de cátedras e a busca de sua transformação, embora de suma importância para a compreensão da Reforma Universitária, não será objeto deste trabalho.

Paulo Sawaya, um dos fundadores da SBPC, professor do Departamento de Fisiologia Geral e Animal da FFCL da Universidade de São Paulo e um dos relatores durante o simpósio sobre as FFCL do tema referente ao ensino da ciência na universidade, foi mais claro sobre suas conclusões. Em julho de 1963, proferiu em Campinas (SP) conferência na XV Reunião Anual da SBPC. O autor cita explicitamente, mais de

7 Newton Sucupira. “Institutos universitários e a pesquisa científica”. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Rio de Janeiro: INEP, n. 91, p. 4, jul.-set. 1963.

uma vez, que apresentava reflexões provocadas pelos debates do Simpósio sobre as Faculdades de Filosofia do qual participara recentemente. O autor constata algo ressaltado anteriormente neste trabalho:

A Lei de Diretrizes e Bases no seu artigo 79 retirou a obrigatoriedade de as universidades se constituírem como uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Com isto, estas Faculdades perderam, nos casos de universidades que as não possuírem, a faculdade integradora que delas tanto se exige por ministrarem o ensino básico⁸.

Paulo Sawaya apresenta o que gerou maior tensão no simpósio sobre as FFCL; o que se propôs como solução para a situação destas faculdades:

Voltando ainda ao Simpósio de Brasília devo lembrar que, a meu ver, e pode ser que me engane, ali se procurou antes mostrar as deficiências das Faculdades de Filosofia que os seus êxitos. Houve acesa discussão sobre o destino das Faculdades de Filosofia, propondo alguns a sua substituição pelos Institutos Centrais, outros a bipartição em Faculdades de Ciências e Faculdades de Filosofia e Letras, outros a tripartição em Faculdades de Filosofia, Faculdades de Ciências e Faculdades de Educação⁹.

As diversas soluções encontradas pelos intelectuais que participaram deste simpósio sobre os destinos das FFCL provavelmente foram a principal referência da Reforma Universitária brasileira. De qualquer maneira que se interprete os escritos sobre o simpósio, fica evidente que as FFCL não permaneceriam sem reformulação de sua estrutura e de suas incumbências. Neste simpósio, realizado no início de 1963, encontra-se a configuração inicial da Reforma Universitária que possibilitará a criação das Faculdades de Educação. A Ditadura, implantada em 1964, in-

8 Paulo Sawaya. "As Faculdades de Filosofia em face da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional". *Ciência e Cultura*, vol. 15, n. 4, p. 344, dez. 1963.

9 Idem, pp. 342-343.

terrompeu momentaneamente a Reforma Universitária; ela será retomada dois anos depois.

No âmbito deste trabalho não será possível tratar do destino de todas as FFCL. Optou-se por acompanhar a discussão sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP).

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP

Franklin Leopoldo e Silva destacou a necessidade de maiores pesquisas sobre o esfacelamento da FFCL-USP no processo da Reforma Universitária:

A USP comprometeu-se prematuramente e atabalhoadamente com a onda das reformas. A questão é saber se as coisas poderiam ter ocorrido de outra forma. Em meados dos anos 60 a USP, embora jovem, já possuía uma densidade razoável, e um acúmulo de experiência enriquecida sobremaneira pelas missões estrangeiras que vieram instalar os cursos. Em teoria, seria o momento de voltar-se reflexivamente sobre si mesma, reapossar-se de sua história, avaliar o passado e entender que o que já tinha consolidado poderia servir de apoio para enfrentar as escolhas do futuro. Na prática, o golpe de 64 colocou a Universidade diante de uma situação, inesperada ou não, em que ela se viu apanhada pelo movimento histórico, no torvelinho da barbárie e da violência, na urgência das escolhas em que, no limite, até mesmo a alienação de sua autonomia podia aparecer como estratégia necessária à sobrevivência. Em todo caso, e isto é algo que ainda está por ser analisado com profundidade requerida pelo assunto, no decorrer da discussão das reformas, algumas vezes as reivindicações de professores e estudantes estiveram inexplicavelmente próximas das propostas governamentais, ou de grupos comprometidos com o *status quo*. A extinção da cátedra é um exemplo, mas há outros bem mais complicados, como a divisão da FFCL. Talvez o caráter conservador da modernização não aparecesse ainda com suficiente nitidez para todos os agentes envolvidos. Talvez o lugar da reflexão – a FFCL – já tivesse a esta altura perdido a radicalidade crítica, ou o poder de exercê-la de modo a alcançar a totalidade da instituição. O certo é que a Reforma Universitária da

USP provocou muito mais a adaptação da instituição a um processo de modernização que ela ainda nem tivera tempo de pensar em todo o seu alcance, do que uma transformação da Universidade nascida de um movimento interno e orgânico de reconstituição de si mesma¹⁰.

Para este autor, existe algo de nebuloso e ambíguo na confluência de tantos interesses pelo esfacelamento da FFCL-USP; no mínimo, uma história a ser esclarecida. A análise de Franklin Leopoldo e Silva demonstra quanto a Reforma Universitária da USP ainda carece de pesquisa. No entanto, existem alguns estudos importantes. Já em 1971, na recém inaugurada Faculdade de Educação da USP, Heladio César Gonçalves Antunha defende sua livre-docência com a tese intitulada *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*.

Heladio Antunha, ao tratar da Reforma Universitária, analisou o desmembramento da FFCL-USP. O autor chama a atenção para o fato de que tanto se exigia que a FFCL fosse a instituição aglutinadora da USP, que nem se atentou que esta faculdade não conseguira integrar-se nem a si própria, decompondo-se, na prática, em inúmeras seções, subseções e cursos afastados espacial e filosoficamente¹¹. Heladio Antunha exemplifica numericamente a massificação sofrida pela FFCL, onde a expansão no número de alunos levava esta faculdade a se transformar em algo desproporcional para os parâmetros da USP. Por exemplo, em 1969, ano da Reforma, o número de vagas de primeiro ano da FFCL era praticamente a metade do total de vagas neste ano para toda a USP. Para se ter uma idéia da expansão da FFCL durante a década, o autor cita que em 1969 esta faculdade apresentava um número de vagas de primeiro ano superior ao de toda a USP no recente ano de 1963¹². O autor caracteriza a divisão da FFCL como resultado de sua expansão;

10 Franklin Leopoldo e Silva. "A experiência universitária entre dois liberalismos". *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: FFLCH-USP, vol. 10, n. 2, pp. 20-21, out. 1998.

11 Heladio César Gonçalves Antunha. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: CRPE do Sudeste, 1974, p. 152.

12 Idem, p. 160.

fato a dificultar sua administração. A insuficiente produtividade científica também seria motivo de descontentamento:

Resumindo nossas observações das últimas páginas, parece-nos possível afirmar: 1º – a Universidade de São Paulo atingiu, no final da década de 60, um ponto crítico em seu processo de desenvolvimento quantitativo. Impunha-se, pois, em consequência de sua rápida expansão numérica, a realização de uma reforma básica em sua estrutura técnica, administrativa e curricular, a fim de evitar-se a continuação do crescimento desordenado, não planejado e, sobretudo, as ameaças de gigantismo de certos setores, e de burocratização de seus serviços essenciais de ensino e de pesquisa. 2º – não obstante a sua grande produtividade técnica e científica, manifestada através dos inúmeros concursos, nela realizados, para a obtenção de graus acadêmicos, pelas publicações, investigações e pelos trabalhos técnicos que promoveu e realizou, a verdade é que o seu rendimento em termos dos tipos de cursos oferecidos e do número de conclusões de cursos e de diplomados manteve-se aquém da expectativa.

O autor cita também o enfrentamento político dos estudantes como motivo para a Reforma Universitária. Heladio Antunha descreve o movimento estudantil numa perspectiva que realça sua manipulação por radicais que colocariam em perigo a própria universidade. O clímax ocorreria quando da luta pela entrega do poder universitário às comissões paritárias:

Como nunca, a universidade brasileira esteve, então, ameaçada em um dos seus princípios fundamentais: na idéia de que a autoridade e a hierarquia universitárias devem basear-se na evidência do mérito objetivamente comprovado e na maior experiência e maturidade. A instituição das comissões paritárias – e algumas chegaram a funcionar “de fato”, mesmo na USP, como um poder paralelo ao dos órgãos tradicionais como o Conselho Universitário, as Congregações e os Conselhos de Departamento – representava na prática a transferência da autoridade e do governo universitário para os estudantes mais radicais e aos professores a eles associados, criando-se, assim, os elementos indispensáveis para se transformar a instituição num instrumento de luta política, num bastião ideológico e numa base logística para as incursões revolu-

cionárias contra o regime vigente. O período das paritárias foi, na realidade, em muitos casos, um momento de delírio coletivo, em que estudantes e alguns professores chegaram a “posar para a história” e pronunciar frases de efeito, que a crônica da USP merece registrar: “São as minorias que fazem a história”. “Todo o poder para as paritárias”, e outras de teor semelhante¹³.

Por ter sido escrito em 1971, o texto de Heladio Antunha serve como fonte privilegiada de observação do horror que o movimento estudantil provocava em boa parte do corpo docente da USP; inclusive justificando neste setor a necessidade de desmembramento da FFCL, onde se concentrava a maioria do corpo discente. As manifestações estudantis de fins da década de 1960 eram recentes quando Heladio Antunha escreveu seu texto. O autor demonstra aversão profunda quanto à quebra da hierarquia universitária baseada até então no mérito acadêmico comprovado pelos mecanismos institucionais da universidade. Para este autor, conceder o poder às assembleias paritárias, onde alunos opinariam em posição de igualdade com os professores, seria subverter a própria essência da universidade – instituição calcada no saber objetivamente auferido por títulos comprovadores do conhecimento e da maturidade do corpo docente. É possível que outros professores também percebessem sua autoridade intelectual e institucional ameaçada pelo movimento estudantil. No final da década de 1960, é provável que o horror provocado pelo movimento estudantil em Heladio Antunha também fosse compartilhado por outros professores da USP.

Heladio Antunha – como diversos outros autores que posteriormente trataram da Reforma Universitária da USP – analisou o Relatório Ferri, como ficou conhecido o Memorial de Reestruturação da USP. Este relatório, elaborado entre 1966 e 1968, propunha que todas as faculdades da USP fossem transformadas em institutos, aos moldes da Universidade de Brasília. Heladio Antunha destaca que o Relatório Ferri tem importância somente como curiosidade histórica, pois não elaborou formalmente nenhum projeto de reforma dos Estatutos da USP. O Rela-

13 Idem, pp. 183-184.

tório Ferri apenas apresentou sugestões a serem encaminhadas ao Conselho Universitário, que não as levou em grande consideração; demonstra isto o fato deste conselho ter demorado cerca de um ano para elaborar a proposta de reformulação dos Estatutos da USP¹⁴.

Mário Guimarães Ferri, reitor em exercício da USP quando da elaboração do relatório que ganhou seu nome, era diretor licenciado da FFCL. Se o grupo, que sob sua administração, elaborou proposta que pretendia que todas as faculdades da USP fossem convertidas em institutos, é provável que o Conselho Universitário tenha achado apropriado criar institutos universitários apenas na faculdade onde Ferri era diretor, isto é, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Ao analisar os resultados da Reforma Universitária, Heladio Antunha conclui que a função integradora que era atribuída à FFCL agora passa a ser desempenhada por dois órgãos administrativos criados pelos novos estatutos da USP: o Conselho Técnico-Administrativo (CTA) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Serviços à Comunidade (CEPE). O “aquecimento central” mencionado metaforicamente por Anísio Teixeira no início deste texto passaria a ser, na USP, o CTA e o CEPE, além do antigo Conselho Universitário. Estes órgãos deliberativos e decisórios de cunho administrativo – CTA, CEPE e Conselho Universitário – substituíram a incumbência integradora da FFCL, demonstrando uma concepção que privilegiava a organização burocrática da universidade.

Heladio Antunha, professor da FFCL desde a década de 1940, com seu esfacelamento foi para a recém-criada Faculdade de Educação. O autor, em 1971, tem esperanças de que esta nova faculdade possa vir a exercer uma “integração terminal” do corpo discente, anteriormente atribuição das ações de ensino básico da FFCL:

As funções integradoras anteriormente atribuídas à Faculdade de Filosofia foram repartidas entre os organismos centrais já mencionados (CTA e CEPE) e as novas instituições criadas, de tal maneira que os Institutos, ao promoverem os cursos básicos, passam a desempenhar uma *função integradora inicial*

14 Idem, p. 216.

dos estudantes, isto é, antes de sua vinculação às diversas habilitações profissionais. À Faculdade de Educação, por meio de sua escola de professores, isto é, por seu curso de licenciatura que, nos últimos anos de graduação, chega a reunir milhares de alunos das diversas unidades, foi reservada uma especial tarefa de *integração terminal*: a de congregar em cursos comuns estudantes em fase final de estudos, que se destinam ao magistério secundário¹⁵.

Nenhuma análise sobre a Reforma Universitária da USP deixa de se referir ao trabalho de Heladio Antunha, mesmo após três décadas de elaboração desta tese de livre-docência.

Beatriz Alexandrina de Moura Fétizon, outra especialista na história da USP, destaca que a idéia de desmembramento da FFCL-USP é bem anterior à crise estudantil de 1968. A proposta de esfacelamento da FFCL não adveio como fruto dos Estatutos da USP de 1969, mas os precede de vários anos. Esta autora trabalha novamente com os números apresentados por Heladio Antunha e conclui que o gigantismo da FFCL assustara as demais faculdades da USP. No final da década de 1960, a FFCL chega a ter quase 70% das matrículas em relação às demais unidades; em 1969, enquanto as outras dezessete unidades da USP tinham um total de 11.170 matrículas, somente a FFCL tinha 7.764¹⁶. Este gigantismo lhe foi fatal:

Desintegrada internamente pelas sucessivas acomodações de seu modelo originário; vítima da indiscriminada abertura de cursos e vagas para a Licenciatura, sem uma adequada reestruturação nem da Universidade, nem dela mesma (totalmente inadequada, que era, à função profissionalizante que acatara como expediente de sobrevivência); surpreendida, ademais, por um gigantismo incompatível com os padrões em que se estruturara; e, finalmente, incapaz de competir (no interior da própria Universidade), em prestígio e

15 Idem, p. 220. O autor escreveu também artigo sobre as origens históricas da Faculdade de Educação da USP: "As origens da Faculdade de Educação da USP". *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo: FE-USP, vol. 1, n. 1, pp. 25-41, dez. 1975.

16 Beatriz Alexandrina de Moura Fétizon. *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo*. Tese (Doutorado) – FE-USP, São Paulo, 1986, vol. 2, p. 678.

poder por sua auto-preservação e pela auto-condução de seus destinos – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras acabará, ao final de trinta anos, por desmembrar-se e extinguir-se melancolicamente tentando reformar-se¹⁷.

A autora traz algo novo para a análise da Reforma Universitária da USP: seu sentido de facilitadora de ascensão na carreira acadêmica. Utilizando como fonte o depoimento do professor João Eduardo Rodrigues Villalobos, a autora explicita estes interesses de carreira docente:

Declarou ainda o Professor Villalobos que o desmembramento da Faculdade de Filosofia ampliou muito a possibilidade de fazer-se carreira na Universidade – desdobraram-se cargos de alta administração, congregações etc, e abriu-se a possibilidade de mais rápido trânsito na carreira, pela democratização da cátedra. Segundo o mesmo professor, essas motivações foram decisivas para a implantação quase pacífica da reforma, auxiliada que foi pelas circunstâncias políticas de então¹⁸.

A tese de Beatriz Fétizon reúne a principal documentação oficial sobre a Reforma Universitária da USP.

Heladio Antunha e Beatriz Fétizon dedicaram-se a problematizar a história de toda a USP; outros autores estudaram especificamente a FFCL-USP. Por tratar diretamente da história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, existem dois estudos recentes que merecem destaque. O trabalho de Kalliópi Alexandra Aparecida Katsios¹⁹ e a recém-concluída tese de Bruno Bontempi Júnior²⁰.

17 Idem, p. 679.

18 Idem, p. 681. A autora escreveu também artigo sobre as origens históricas das Faculdades de Educação: “Faculdades de Educação: antecedentes e origens”. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, vol. 8, n. 22, pp. 365-373, set-dez. 1994.

19 Kalliópi Alexandra Aparecida Katsios. *Um estudo sobre o curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1940-1949)*. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo, 1999.

20 Bruno Bontempi Júnior. *A cadeira de História e Filosofia da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese (Doutorado) – PUC-SP, São Paulo, 2001.

Kalliópi Katsios pesquisou o curso de pedagogia da FFCL entre as décadas de 1940 e 1960. A autora descreve como o Instituto de Educação da USP foi incorporado pela FFCL e como o curso de pedagogia da FFCL se desenvolveu durante a existência desta faculdade, quer seja como Quarta Seção da FFCL, quer seja como Departamento de Educação na década de 1960. Infelizmente, para os propósitos deste atual trabalho, a autora não se aprofundou no estudo da criação da Faculdade de Educação da USP. Este episódio é tratado como consequência natural da especialização acadêmica proporcionada pela Reforma Universitária.

A tese de Bruno Bontempi Júnior é o mais importante trabalho produzido até agora sobre a história da FFCL-USP. A história desta faculdade não é seu objeto específico; porém, de sua pesquisa sobre uma de suas cátedras, constrói-se um rico panorama do que era a FFCL-USP. A interpretação que o autor faz das transformações pelas quais passou a cadeira de história e filosofia da educação, as disputas internas da FFCL e da própria USP recria o ambiente intelectual e as lutas políticas do período abordado. Novamente, para infelicidade deste atual trabalho, o autor não analisou a segunda metade da década de 1960. Algo análogo ao esforço empreendido por Bruno Bontempi Júnior a respeito das primeiras décadas de existência da FFCL-USP e que se dedicasse aos seus anos finais ainda está por ser feito.

Bruno Bontempi Júnior destaca que as disputas acadêmicas articulam-se com as disputas políticas. Para compreender estas ligações, o autor pesquisou a grande imprensa, privilegiadamente o jornal *O Estado de S. Paulo*. Outra possibilidade de compreender amplamente os conflitos inerentes às disputas acadêmicas pode ser analisá-las de maneira articulada com o cenário que extrapola a FFCL-USP e mesmo a própria USP. Por exemplo, compreender como as disputas envolvendo a dissolução da FFCL-USP estavam inseridas no contexto acadêmico nacional.

A SBPC e a Reforma Universitária

O esfacelamento das FFCL possibilitaria que as ciências exatas e biológicas ganhassem autonomia em institutos universitários próprios.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência teve participação ativa no desenrolar da Reforma Universitária nesta direção. Como abordado no início deste trabalho, Maurício Rocha e Silva – presidente da SBPC – articulou propostas de reformulação universitária em parceria com Valnir Chagas e Newton Sucupira desde o início da década de 1960. Acompanhar como a SBPC discutiu a Reforma Universitária pode esclarecer o papel centrífugo que os cientistas desempenharam na dissolução das FFCL.

Em 9 de julho de 1967, Maurício Rocha e Silva fez o discurso inaugural da XIX Reunião Anual da SBPC, realizada no Rio de Janeiro. Este discurso foi posteriormente publicado como editorial da revista *Ciência e cultura*, órgão oficial da SBPC. O tema da reunião e de seu discurso de abertura foi a Reforma Universitária. Nesta ocasião, Maurício Rocha e Silva analisou os decretos n. 53, de 18 de novembro de 1966 e n. 252, de 28 de fevereiro daquele ano. Segundo o presidente da SBPC, esses dois decretos lançaram as bases da verdadeira Reforma Universitária no país. Segundo Maurício Rocha e Silva, o decreto-lei n. 53 tornara obsoleta no regime federal de ensino superior a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O autor demonstra júbilo ao comentar que o presidente da XIX Reunião Anual da SBPC e reitor da UFRJ – Raymundo Moniz de Aragão – provavelmente falaria naquele encontro sobre sua contribuição pessoal na elaboração destes decretos:

Esperamos com ansiedade o discurso do Presidente desta Reunião que nos dirá da sua contribuição pessoal para a elaboração dos dois Decretos mencionados²¹.

A questão é: embora as ciências exatas e biológicas pudessem se separar das FFCL, organizando-se em institutos universitários autônomos, os futuros químicos, matemáticos, físicos, biólogos não poderiam mais exercer a profissão de professores? A solução encontrada foi enfatizada pelo presidente da SBPC:

21 Maurício Rocha e Silva. “A Reforma Universitária”. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, vol. 19, n. 3, p. 541, set. 1967.

A formação do professor secundário será feita através de um sistema análogo ao da formação de qualquer outro profissional, que terá que completar os seus créditos nas unidades fundamentais para ter acesso às unidades do Ciclo profissional. Vê-se aqui a grande superioridade deste sistema sobre o superado sistema de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Até agora, todo esse complicado sistema de Faculdade de Filosofia, tinha como função precípua formar professores secundários, o que, convenhamos, era o método mais caro e absurdo de formar professor secundário num país que precisa dele a mancheias. [...]

Um professor de química para o curso secundário terá a sua formação básica nas unidades fundamentais e fará créditos de acordo com o que for estabelecido pela sua unidade profissional, que será a Faculdade de Educação, mas a sua formação será totalmente distinta da do químico que vise ao doutoramento em Química ou que se encaminha para uma das profissões cuja base é a química. O mesmo se poderia dizer para o professor de Física, de Biologia, de Matemática, de Filosofia, de Letras²².

Maurício Rocha e Silva reforçará esta solução no número seguinte da revista *Ciência e Cultura*:

A Faculdade de Filosofia, na sua função de formar professores secundários, sobreviverá numa Escola ou Faculdade de Educação que terá a mesma importância ou status das outras unidades profissionais²³.

Em 1963, Paulo Sawaya, ao descrever na XV Reunião Anual da SBPC os resultados do simpósio sobre as FFCL, relatou que alguns participantes propuseram a repartição das FFCL em duas: Faculdades de Ciências e Faculdades de Filosofia e Letras, pressupondo que as ciências humanas ficariam nesta última. Porém, se isto ocorresse, os químicos e biólogos, por exemplo, que desejassem também ser professores

22 Idem, p. 540.

23 Maurício Rocha e Silva. "Reforma Universitária". *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, vol. 19, n. 4, p. 633, dez. 1967.

teriam de cursar disciplinas pedagógicas na Faculdade de Filosofia e Letras. Portanto, provavelmente tenha sido este o motivo pelo qual, em 1963, alguém tenha proposto a divisão em três: Faculdades de Filosofia, Faculdades de Ciências e Faculdades de Educação. Assim, as Faculdades de Educação seriam espaço comum dos herdeiros da FFCL. Como as ciências exatas e biológicas almejavam se ordenar em institutos universitários, esta solução também foi viável – ao menos no caso da Universidade de São Paulo. Os defensores da universidade como formadora de pesquisadores e cientistas não desejavam que estes perdessem a possibilidade de ocupar a carreira de professores secundários. Em julho de 1967, o discurso de Maurício Rocha e Silva na abertura da XIX Reunião Anual da SBPC confirma esta preocupação.

Em decorrência dos decretos n. 53/66 e n. 252/67, o Conselho Federal de Educação aprovou em 9 de maio de 1968 a indicação n. 11:

Para reduzir os efeitos do descompasso acima referido entre as necessidades da escola média e a deficiência de professores regularmente formados, sugere o aproveitamento, no magistério em nível médio, de portadores do diploma de curso superior mediante frequência das matérias pedagógicas em Faculdades de Educação. As disciplinas em que a carência de professores é mais aguda são: Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Física, Química e Biologia, bem como as disciplinas específicas do ensino médio técnico²⁴.

Esta indicação visava aumentar o número de professores secundários. Ela legitimava que graduados em institutos de ciências, após o fim das FFCL, pudessem se tornar professores. Entretanto, da maneira como foi redigida, abria a possibilidade de graduados de outras áreas que não as da FFCL também cursarem a Faculdade de Educação, obtendo assim acesso à carreira docente no ensino médio. Graduados em direito ou em engenharia, por exemplo, também poderiam cursar a Faculdade de Educação. A quem se destinava a Faculdade de Educação?

24 José de Vasconcellos. “Faculdades de Educação e formação de professores”. *Documenta*, Rio de Janeiro: MEC, n. 86, p. 132, maio 1968.

O III Seminário de assuntos universitários e a criação das Faculdades de Educação

Com esta questão em pauta, entre outras, realiza-se em agosto de 1968 o III Seminário sobre assuntos universitários. Este encontro com representantes das principais universidades brasileiras debateu dois temas: I – A expansão do ensino superior; II – A Faculdade de Educação: teoria e implantação na universidade. O relator e o coordenador deste segundo tema foram respectivamente Newton Sucupira e Valnir Chagas. Para os propósitos deste trabalho não será abordado o tema da expansão do ensino superior.

Todos os reitores das universidades brasileiras foram convidados para o III Seminário sobre assuntos universitários. Quase a totalidade deles esteve presente. Mário Guimarães Ferri – reitor da USP – não compareceu e nem enviou representante. Estava por demais ocupado com os distúrbios na FFCL-USP que desembocaram em outubro daquele ano nos conflitos da rua Maria Antônia. O Conselho Federal de Educação e seu órgão – a *Documenta* – geralmente não se pronunciavam sobre polêmicas. Não foi este o caso. Em outubro de 1968, a *Documenta* publica a versão dos embates da rua Maria Antônia com o sugestivo título “A invasão da Universidade Mackenzie”. Neste texto, a reitora do Mackenzie – Ester de Figueiredo Ferraz – apresenta a versão de como os estudantes da FFCL-USP, que “estavam armados e foram encontrados de metralhadoras nas mãos”, tentaram invadir e depredar a Universidade Mackenzie. Isto só não ocorreu devido “à presença e à solidariedade dos seis mil estudantes da Universidade Mackenzie”. Ao final, os estudantes da FFCL-USP não conseguiram invadir aquela universidade; “quando a horda se retirou, os estudantes [da Mackenzie] hastearam a bandeira do Brasil e cantaram o Hino Nacional”²⁵. É oportuno ressaltar que o autor deste atual trabalho não partilha desta visão dos acontecimentos. Esta versão é apresentada apenas no intuito de de-

25 José Borges dos Santos. “A invasão da Universidade Mackenzie”. *Documenta*, Rio de Janeiro: MEC, n. 92, pp. 136-137.

monstrar como o CFE divulgou os episódios da rua Maria Antônia. Esta postura de parte do CFE em relação à FFCL-USP não surge em outubro de 1968; ela é anterior. Tal predisposição negativa do CFE em relação à FFCL-USP serve de exemplo dos motivos de Mário Guimarães Ferri não ter comparecido em agosto de 1968 ao III Seminário sobre assuntos universitários organizado por este conselho; o reitor da USP tinha assuntos mais importantes a resolver. Para uma visão confiável dos acontecimentos da rua Maria Antônia, recomenda-se consultar *O livro negro da USP*²⁶.

O III Seminário sobre assuntos universitários, no que se refere às Faculdades de Educação, apresentou para discussão quatro trabalhos, cujos autores foram Celso Kelly, Valnir Chagas, José Farias Góes Sobrinho e Newton Sucupira.

Quanto à questão proposta anteriormente – a quem se destinava a formação nas Faculdades de Educação – aparentemente as faculdades que não compunham a antiga FFCL não perceberam a chance de também formar docentes para o ensino médio. Celso Kelly era favorável a que graduados em outras faculdades também tivessem acesso à carreira do magistério de grau médio:

Desdobradas as faculdades de filosofia e acentuadas as tendências à inclusão de disciplinas e atividades vocacionais no ginásio, bem como a crescente transformação de colégios acadêmicos em colégios técnicos, coloca-se o problema da preparação de professores para as disciplinas específicas, hoje ainda fora do âmbito das faculdades de filosofia, mas reclamando soluções mais generalizadas, que atendam a imensa procura por parte do mercado de trabalho. Demais, não existem razões de diferenciação entre professores, dedicados à mesma tarefa de formação da adolescência²⁷.

Esta posição, segundo os registros da *Documenta*, não provocou debates. Provavelmente, o exame desta possibilidade tenha sido adiado

26 ADUSP. *O livro negro da USP*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

27 Celso Kelly. “Faculdades de Educação”. *Documenta*, Rio de Janeiro: MEC, n. 91, p. 112, set. 1968.

para a esfera das discussões do Conselho Federal de Educação. É necessária pesquisa das resoluções do CFE sobre pedidos concretos de faculdades fora do âmbito das FFCL referentes ao acesso à docência de grau médio. Com acompanhamento das decisões do CFE pode-se responder qual foi o consenso alcançado neste conselho sobre esta questão.

Valnir Chagas apresentou trabalho que fora publicado anteriormente, no início de 1967, no n. 105 da *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Trata-se de seu texto de 1946 editado originalmente em Washington D. C. pela Organização dos Estados Americanos. Neste trabalho, o autor afirma que é preciso que as escolas sejam sempre melhores que as anteriores, não só pelas exigências da sociedade moderna, mas também pelo novo aluno que a freqüenta, proveniente das camadas populares, ainda sem tradições familiares de estudo e sequioso de êxito em curto prazo. A educação leva necessariamente a mais educação. Há cada vez mais o que ensinar e a quem ensinar, exigindo níveis cada vez mais altos de formação para professores e especialistas:

Essa evolução é via de regra lenta e acidentada, talvez por ser a educação um dos setores onde mais fortemente atuam os mecanismos sociais de resistência à mudança. Entretanto, as fases de processo tendem a suceder-se com grande regularidade, permitindo mesmo alguma generalização. Por exemplo:

- 1 – coexistindo com a ausência de qualquer preparo específico do professor de todos os seus escolares, inicia-se a formação de mestre primário em cursos normais de grau ginasial ou equivalente;
- 2 – prossegue a formação ginasial e reduz-se a proporção de mestres primários inteiramente leigos, iniciando-se o seu preparo também em grau de colégio;
- 3 – desaparece o professor inteiramente leigo e desenvolve-se o preparo do mestre primário em grau de colégio, iniciando-se a formação de especialistas em nível pós-colegial;
- 4 – reduz-se a proporção de mestres primários com preparo ao nível de ginásio e firma-se como norma a escola normal colegial, iniciando-se a formação específica, em grau superior e ao nível de graduação, (a) de professores de disciplinas profissionais no ensino normal de grau colegial e pós-colegial, (b) dos especialistas de Educação e (c) dos professores de ensino médio em geral;

5 – desaparece o professor primário de nível ginasial, ao tempo em que prosseguem e se desenvolvem as demais características da fase anterior;

6 – coexistem as características da fase anterior com o início de formação de professores primários em grau superior, ao nível de graduação, e dos especialistas para todos os graus ao nível de pós-graduação;

7 – reduz-se a proporção de mestres primários e especialistas com preparo de grau colegial ou pós-colegial, iniciando-se a formação dos professores de ensino médio em geral ao nível de pós-graduação;

8 – desaparecem os professores primários e especialistas com preparo colegial ou pós-colegial e fixa-se, assim, todo o ensino pedagógico em grau superior, aos níveis de graduação e pós-graduação, começando-se inclusive a exigir alguma formação específica, para o magistério, do professor universitário que atue nos demais setores, e assim por diante.

Em países como o Brasil, a fase típica no momento é a quarta, embora existam regiões onde se recua até a segunda e outras que já se delineia a sexta. Mas esta, com algum alcance sobre a sétima, caracteriza sobretudo o estágio de desenvolvimento educacional da Nova Europa e da União Soviética, tal como a sétima, aflorando à oitava, já pode ser encontrada nos Estados Unidos. Seja como for, a tendência geral é definir e institucionalizar a educação como atividade profissional de nível superior; e onde isto ainda não ocorre, existe pelo menos a nítida consciência de que as soluções em prática não representam mais que etapas de transição para este objetivo final²⁸.

Para Valnir Chagas, a criação da Faculdade de Educação é apresentada como etapa num longo processo de escolarização da sociedade, em que a tendência geral é definir e institucionalizar a educação como atividade profissional de nível superior. A Faculdade de Educação promoveria a renovação do ensino superior em duas direções:

Uma nasce da pesquisa e se expressa pela realização de estudos que o situem numa exata perspectiva educacional; outra provém do ensino e consiste na

28 Valnir Chagas. “Faculdade de Educação e a renovação do ensino superior”. *Documenta*, Rio de Janeiro: MEC, n. 91, pp. 92-93, set. 1968.

formação de professores e especialistas para muitas das atividades docentes e didático-administrativas; e ambas convergem para a idéia central de que ensino superior é também educação – ou mais precisamente, como observamos na primeira parte deste ensaio – apenas um caso do processo geral de escolarização. A muitos esta afirmativa parecerá ambiciosa, a outros soará como repetição do óbvio. No fundo, porém, ela corresponde a uma realidade que só nos últimos tempos se vai tornando patente²⁹.

O autor define quais as tarefas imediatas da Faculdade de Educação no seu processo de renovação do ensino superior:

A Faculdade de Educação alcançará ao mesmo tempo os três itens que de início arrolamos entre os meios de assegurar a excelência: (a) formará docentes para os setores básicos de outras escolas, quando ela mesma já não centralize tais setores; (b) oferecerá cursos pedagógicos para os professores universitários em geral; e (c) encarregar-se-á do preparo de especialistas que deverão coordenar as atividades de escolas, professores e alunos, reunindo novos fatos que levarão a subseqüentes estudos e aperfeiçoamentos³⁰.

Valnir Chagas pretendia que seu texto de quinze páginas fosse o suporte teórico das discussões sobre o papel da Faculdade de Educação no contexto da universidade brasileira. Os textos de José Faria Góes Sobrinho e de Newton Sucupira expõem questões mais pragmáticas da ordenação institucional desta nova faculdade.

José Faria Góes Sobrinho – coordenador de planejamento da Faculdade de Educação da UFRJ – apresenta como a Faculdade de Educação seria organizada nesta universidade:

Sete Departamentos estamos a propor que se venham a instituir na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Departamento de Fundamentos Sociais e Filosóficos da Educação

Departamento de Biologia Educacional, Higiene Escolar e Educação de Saúde

29 Idem, p. 99.

30 Idem, p.100.

Departamento de Psicologia e Orientação Educativa

Departamento de Didática

Departamento de Administração Escolar

Departamento de Estatística Educacional, Avaliação e Metodologia da Pesquisa

Departamento de Educação Especial³¹.

O autor afirma que é urgente a recomposição do desfalcado quadro de professores da Faculdade de Educação, de modo a capacitá-la para bem responder aos imperativos que motivaram a sua criação.

Newton Sucupira preocupou-se em estabelecer a grade curricular da Faculdade de Educação. O autor afirma que no momento havia incerteza e diversidade de critério quanto às matérias que deveriam compor o quadro das disciplinas desta faculdade. O que tradicionalmente se denominava pedagogia geral era a utilização de elementos provenientes da filosofia e das ciências humanas no estudo da educação. Assim, a psicologia da educação e a sociologia da educação continuavam, em sua essência, psicologia, história, sociologia, filosofia.

Do ponto de vista prático, e para atender ao princípio de não duplicação que rege nossa organização universitária, pergunta-se: estas matérias devem permanecer nos departamentos de matérias correspondentes? Se assim procedêssemos, a Faculdade de Educação ficaria praticamente esvaziada. Em nosso entender por suas vinculações estritas com a educação as matérias citadas devem constituir patrimônio da Faculdade de Educação³².

Newton Sucupira apresenta sua proposta curricular para a Faculdade de Educação:

Sem a pretensão de apresentar uma lista completa das disciplinas ou áreas de estudos que, a nosso ver, deveriam integrar a Faculdade de Educação, enumeramos as seguintes:

31 José Faria Góes Sobrinho. "A Faculdade de Educação: sua implantação na universidade". *Documenta*, Rio de Janeiro: MEC, n. 91, p. 106, set. 1968.

32 Newton Sucupira. "Conteúdo da Faculdade de Educação e organização departamental". *Documenta*, Rio de Janeiro: MEC, n. 91, pp. 83-84, set. de 1968.

- 1 – Psicologia da Educação
- 2 – Sociologia da Educação
- 3 – História da Educação
- 4 – Filosofia da Educação
- 5 – Administração Escolar
- 6 – Estatística Educacional
- 7 – Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica
- 8 – Educação Comparada
- 9 – Higiene Escolar
- 10 – Currículo e Programa
- 11 – Técnicas Audiovisuais da Educação
- 12 – Técnicas à Orientação Educacional
- 13 – Instrução Programada
- 14 – Teoria e Prática da Escola Primária
- 15 – Teoria e Prática da Escola Média
- 16 – Planejamento Educacional
- 17 – Economia da Educação
- 18 – Política Educacional
- 19 – Legislação Escolar
- 20 – Didática Geral
- 21 – Didáticas Especiais ou Métodos de Ensino³³.

O autor sugere também a composição departamental da Faculdade de Educação:

Creemos que seria razoável a formação de quatro departamentos com as seguintes denominações:

- 1 – Departamento de Fundamentos Sócio-fisiológicos da Educação
- 2 – Departamento de Psicologia Educacional e Orientação Educativa
- 3 – Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional
- 4 – Departamento de Métodos e Técnicas da Educação³⁴.

33 Idem, pp. 84-85.

34 Idem, p. 85.

O III Seminário de assuntos universitários utilizou-se destes quatro trabalhos como ponto de partida de suas discussões. As divergências e sugestões podem ser acompanhadas nas quatro páginas que compõem o relatório da comissão sobre a Faculdade de Educação³⁵. Entretanto, analisando este relatório, constata-se a inexistência de discordâncias polêmicas. É provável que este seminário tenha servido para aparar arestas quando da formulação do currículo mínimo do curso de pedagogia³⁶. Além, é claro, de tentar estabelecer um mínimo de unicidade na organização institucional das Faculdades de Educação nas diversas universidades brasileiras. É necessário analisar a configuração dos diversos cursos de pedagogia e das diversas Faculdades de Educação no final da década de 1960 e início da década seguinte levando-se em consideração os debates ocorridos em agosto de 1968 sobre a estruturação destas faculdades. Para melhor compreensão da institucionalização acadêmica durante a Reforma Universitária é apropriado relacionar as especificidades internas de cada instituição com o debate amplo que ocorre em torno dos seminários organizados pelo Conselho Federal de Educação.

Neste trabalho, pretendeu-se demonstrar como a Reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação são temas de longa duração nos debates educacionais brasileiros da década de 1960. O destino das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras ocupou papel privilegiado na discussão sobre a Reforma Universitária – muitas vezes confundindo-se mesmo com ela. Além do Conselho Federal de Educação, deve-se atentar a outros fóruns de debate sobre a Reforma Universitária. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência desempenhou papel de destaque nos embates que definiram a configuração universitária no final da década de 1960, sendo que algumas áreas científicas exerceram função centrífuga no desmembramento das FFCL. Embora tais cientistas privilegiassem uma visão da universidade como formadora de pesquisadores e promotora das ciências, não desejavam abrir mão da possibilidade de carreira docente no ensino médio. As Faculdades de

35 “Faculdade de Educação: relatório final da segunda comissão”. *Documenta*, Rio de Janeiro: MEC, n. 91, pp. 116-119, set. 1968.

36 Vide Nair Fortes Abu-Merhy. “Currículo de pedagogia”. *Documenta*, Rio de Janeiro: MEC, n. 100, pp. 101-139, abr. 1969.

Educação foram desmembradas das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras para fornecer aos graduados do que sobrou desta faculdade a formação necessária ao magistério. Além, é claro, de prosseguir na graduação específica em pedagogia – o que já faziam como departamentos das FFCL. É necessário relacionar os acontecimentos específicos de cada instituição de ensino superior com o debate mais amplo da Reforma Universitária nacional para compreender satisfatoriamente a configuração universitária brasileira do final da década de 1960. Pesquisar a história única de cada universidade pode ser fértil se acompanhada dos debates do Conselho Federal de Educação, dos Conselhos Estaduais de Educação, da SBPC, da CAPES, do CNPq, do INEP, do CBPE, dos CRPEs, entre outros, relatos em suas respectivas publicações.

Referências bibliográficas

ADUSP (1979). *O livro negro da USP*. São Paulo: Brasiliense, 2. ed.

ANTUNHA, Heladio César Gonçalves (1974). *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: CRPE do Sudeste.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno (2001). *A cadeira de história e filosofia da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese (Doutorado) – PUC-SP, São Paulo.

FERNANDES, Ana Maria (1990). *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: UnB.

FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura (1986). *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo.

KATSIOS, Kalliópi Alexandra Aparecida (1999). *Um estudo sobre o curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1940-1969)*. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo.

NASCIMENTO, Beatrice Laura Carnielli do (1991). *A Reforma Universitária de 1968: origens, processo e resultados de uma política para o ensino superior*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Franklin Leopoldo e (1998). “A experiência universitária entre dois liberalismos”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo: FFLCH-USP, vol. 10, n. 2, out.